

Artigo

MANUAIS E EDIÇÃO ESCOLAR EM NÁPOLES (1806-1820)

Florindo Palladino*

RESUMO

A contribuição concentra-se nos livros didáticos adotados nas escolas do Reino de Nápoles (1806-1815) e do Reino das Duas Sicílias (1816-1820) e nas gráficas atuantes no setor de manuais escolares. Os eventos do mercado tipográfico-editorial são cotejados no contexto da reforma educacional realizada durante a Década Francesa, que constituiu a condição histórica para o desenvolvimento do mercado de livros didáticos. O trabalho de pesquisa baseia-se principalmente em fontes indiretas devido à indisponibilidade de fontes primárias. A análise realizada, do lado institucional, permite identificar os textos e autores indicados pelo Estado para modernizar a atividade docente. O levantamento realizado nas gráficas/editoras retorna a geografia produtiva da edição escolar no período considerado. A atividade editorial manteve-se relegada para as capitais dos reinos e esteve quase totalmente ausente nas províncias, que careciam de tecido produtivo, mas não de mercado escolar.

Palavras-chave: Livros didáticos, editoria escolar-educativa, Reino de Nápoles, Reino das Duas Sicílias.

* Università degli Studi del Molise/Itália.

MANUALES Y PUBLICACIONES ESCOLARES EN NÁPOLES (1806-1820)

RESUMEN

La contribución se centra en los manuales escolares adoptados en las escuelas del Reino de Nápoles (1806-1815) y del Reino de las Dos Sicilias (1816-1820) y en las imprentas activas en el sector de los manuales escolares. Las vicisitudes del mercado de la imprenta-edición se sitúan en el contexto de la reforma educativa llevada a cabo durante la Década Francesa, que constituyó la condición histórica para el desarrollo del mercado del libro de texto. El trabajo de investigación se basa principalmente en fuentes indirectas debido a la no disponibilidad de fuentes primarias. El análisis realizado desde el punto de vista institucional permite identificar los textos y autores indicados por el Estado para modernizar las actividades de enseñanza. El estudio de las imprentas/editoriales nos devuelve la geografía productiva de la edición escolar en el periodo considerado. La actividad editorial quedó relegada a las capitales de los reinos y estuvo casi totalmente ausente en las provincias, que carecían de tejido productivo aunque no de mercado escolar.

Palabras clave: Libros de texto, Edición escolar-educativa, Reino de Nápoles, Reino de las Dos Sicilias

MANUALS AND SCHOLASTIC PUBLISHING IN NAPLES (1806-1820)

ABSTRACT

The contribution focuses on the textbooks adopted in the schools of the Kingdom of Naples (1806-1815) and the Kingdom of the Two Sicilies (1816-1820) and the printing companies active in the school textbook sector. The events of the printing-publishing market are placed in the context of the educational reform carried out during the French Decade, which constituted the historical condition for the development of the textbook market. The research is mainly based on indirect sources due to the unavailability of primary sources. The analysis conducted on the institutional side makes it possible to identify the texts and authors indicated by the State in order to modernise teaching. The reconnaissance carried out on printers/publishers returns the productive geography of school publishing in the period considered. Publishing activity remained relegated to the capitals of the kingdoms and was almost completely absent in the provinces, which lacked a productive fabric but not a school market.

Keywords: Textbooks, School-educational publishing, Kingdom of Naples, Kingdom of the Two Sicilies

MANUELS SCOLAIRES ET ÉDITION SCOLAIRE À NAPLES (1806-1820)

RÉSUMÉ

L'article porte sur les manuels scolaires adoptés dans les écoles du Royaume de Naples (1806-1815) et du Royaume des Deux-Siciles (1816-1820) et sur les imprimeries actives dans le secteur des manuels scolaires. Les vicissitudes du marché de l'imprimerie et de l'édition sont placées dans le contexte de la réforme de l'enseignement menée pendant la Décennie française, qui a constitué la condition historique pour le développement du marché des manuels scolaires. Le travail de recherche est principalement basé sur des sources indirectes en raison de l'indisponibilité des sources primaires. L'analyse menée du côté institutionnel permet d'identifier les textes et les auteurs indiqués par l'Etat pour moderniser l'enseignement. L'analyse effectuée sur les imprimeurs/éditeurs restitue la géographie productive de l'édition scolaire dans la période considérée. L'activité éditoriale restait reléguée dans les capitales des royaumes et était presque totalement absente dans les provinces, qui manquaient d'un tissu productif bien qu'un marché scolaire soit présent.

Mots-clés: Manuels scolaires, Édition scolaire et éducative, Royaume de Naples, Royaume des Deux-Siciles

INTRODUÇÃO

Na Itália, os estudos e pesquisas sobre manuais e editoração educacional escolar tiveram um desenvolvimento concreto apenas nos últimos tempos. A maioria delas, aliás, data apenas dos últimos vinte anos, possibilitada por uma “verdadeira revolução historiográfica” no campo dos estudos histórico-educacionais, com a transição da história tradicional da escola, concebida essencialmente como a história de teorias e modelos escolares institucionais, à história da escola entendida como a história da *cultura material da escola* (SANI, 2020, p. 13).

Com a mudança de paradigma, o livro didático finalmente adquiriu a dignidade de estudo, consolidando-se entre as fontes necessárias para compreender, descrever e analisar os processos de formação (BIANCHINI, 2000). Seguindo a importância assumida pelos manuais escolares, inúmeras pesquisas têm sido lançadas no campo da edição escolar-educacional, aprofundadas em seus diversos aspectos e personagens, como demonstram as

resenhas bibliográficas editadas por M. Galfré (2001), E. Marazzi (2012) e A. Ascenzi (2013).

Há, no entanto, uma indiscutível carência de investigações e pesquisas que versem sobre a história da edição escolar no sul da Itália no século XIX pré-unificação, como destaca R. Sani (2011) que fez uma primeira abordagem do tema a partir das condições da indústria gráfica e editorial e do mercado livreiro no sul da Itália. Por outro lado, V. Trombetta (2011) enfocou a dinâmica evolutiva peculiar e as características específicas da edição na década francesa (1806-1815), que contribuíram para reconstruir a estrutura produtiva e o complexo entrelaçamento entre a edição estatal e o setor privado empresarial, destacou-se também do lado da educação ao dar continuidade ao trabalho pioneiro de M. Viola (1998) sobre os manuais escolares circulados entre 1806 e 1825.

Por fim, cabe mencionar a pesquisa fundamental sobre editoras escolares coordenada por G. Chiosso, sintetizada nos repertórios denominados *TESEO. Tipógrafos e editores escolares-educativos do século XIX* (2004) e *TESEO '900* (2008), que têm contribuído para preencher, pelo menos em parte, a carência de estudos e pesquisas acima referidas.

Embora a literatura tenha tratado e reconstruído os eventos editoriais e a produção de manuais escolar-educativos com contribuições de certo interesse, no variado *corpus* de estudos histórico-educacionais dedicados ao sul pré-unificação não há tentativas de destacar a construção do mercado editorial escolar desde sua fundação: a reforma da instrução.

No quadro e nos objetivos da nossa investigação, destinada a fazer um primeiro levantamento dos manuais escolares adotados e das gráficas ativas neste setor, será, portanto, prioritário retrazar os traços salientes do sistema de ensino público instituído no Reino de Nápoles durante a Década e consolidado nos anos da segunda Restauração, que constituiu a condição histórica para o desenvolvimento do mercado de livros didáticos, permitindo a osmose natural entre órgãos responsáveis pela instrução e empresas gráficas.

Neste contexto, situar-se-ão os acontecimentos da evolução do mercado tipográfico-editorial, que retornará a geografia produtiva da edição escolar do Reino no período considerado.

Do ponto de vista metodológico, para dar seguimento a este trabalho de investigação, recorreu-se a fontes indiretas - principalmente os repertórios das fontes jurídico-administrativas e o referido repertório do TESEO - devido à perda irreparável do arquivo do Ministério da Polícia, cujas atribuições recaíam o trabalho dos impressores e livreiros, e à indisponibilidade dos catálogos das livrarias.

A REFORMA DA EDUCAÇÃO

As origens e os desenvolvimentos da editoria escolar-educativa no Reino de Nápoles e no das Duas Sicílias, no período entre o governo napoleônico e o restaurado governo Bourbon, estão ligados ao nascimento do “sistema de educação pública” que foi definido durante a década francesa (1806-1815) e que se consolidou nos anos da segunda Restauração (1815-1820), a partir de sua fundação: a reforma do sistema educacional pretendida por Napoleão.

A reforma, implementada com a *Université impériale* (1806-1808), garantiu à França imperial um sistema de ensino público gerido e controlado pelo Estado, administrativamente centralizado e verticalizado, com um sistema prospectivamente dividido em três ordens: primária, secundária e superior (GONTARD, 1984; BOUDON, 2004). Este sistema abrangia todas as instituições, públicas e privadas, leigas e eclesiásticas, destinadas à formação profissional ancorada na qualificação através do mecanismo dos três graus acadêmicos, *baccalauréat*, *licence* e *doctorat*¹. A reforma educativa

¹ Seguindo a lei que instituiu a *Université impériale* (1806), foi aprovado o decreto de aplicação de 17 de março de 1808 que estabelecia o diploma de *baccalauréat* em letras - alcançável com

implementada na França constituiu o marco para criar a transição do regime feudal para o do Estado moderno e representou o modelo de referência para adaptar à realidade socioeconômica do Reino de Nápoles.

A primeira fase da modernização das instituições escolares na área napolitana ocorreu durante o biênio *giuseppino* (1806-1808), com a reforma administrativa do Estado e a entrega da educação ao recém-criado Ministério do Interior, o que permitiu a implantação de um sistema escolar distinto, administrativa e culturalmente, em três níveis: ensino primário, onerando os cofres dos municípios; ensino secundário, ministrado em colégios financeiramente autônomos e ensino superior, a cargo do Estado².

Com a obrigatoriedade imposta a cada município de fundar uma escola primária (1806) “foi superada a velha e decadente lógica segundo a qual o ensino primário cabia aos mosteiros” e, conseqüentemente, o processo de alfabetização e secularização da formação (LUPO, 2005, página 63, tradução nossa). A instituição dos colégios em cada Província do Reino, com a definição das disciplinas curriculares relativas (1807), visava transmitir os elementos culturais básicos aos quadros da futura classe dirigente. A estrutura da universidade, como sempre pública no Reino de Nápoles, não sofreu grandes mudanças: a instituição acadêmica foi incumbida, em particular, do cuidado da formação profissional dos alunos, mesmo antes da atividade de pesquisa (1806)³.

No campo da educação pública, o governo de Giuseppe Bonaparte não pôde ir mais longe: o novo sistema francês de educação pública foi lançado com

um exame a ser realizado com “ao menos dezesseis anos” e na condição “de responder a todas as questões lecionadas nas classes superiores dos liceus” - como habilitação de entrada necessária para obter as habilitações subsequentes, *licence* e *doctorat*, nas respectivas faculdades universitárias de: Letras, Teologia, Ciências Matemáticas e Físicas, Medicina.

² Para um quadro histórico das políticas escolares do Sul durante a pré-unificação do século XIX, capaz de proporcionar uma abordagem metodológica e criticamente renovada, ver M. LUPO (2005); R. SANI (2003), PALLADINO (2015).

³ Decreto de 15 de agosto de 1806, na *Collezione delle leggi, de' decreti e di atti riguardanti la pubblica istruzione promulgati nel già Reame di Napoli dall'anno 1806 in poi* (1861-1863), (a partir de agora, CLDAPI).

os decretos de aplicação em 1808, mesmo ano de sua partida para Madrid, mas deixando uma reforma de estado para seu sucessor Gioacchino Murat e uma formulação do sistema escolar que constituía o pré-requisito para poder aplicar o modelo da *Université impériale* também na área napolitana.

Para facilitar a necessária adaptação ao modelo francês, seguindo os decretos de 1808, nos estados satélites do Império Francês, foram criadas as *comissões de educação pública*, a partir de 1809, encarregadas de formular os decretos de aplicação da reforma: Giuseppe Bonaparte o estabeleceu na Espanha, Luigi Bonaparte no Reino da Holanda, Gioacchino Murat no de Nápoles e medidas semelhantes também surgiram no Ducado de Varsóvia (BOUTON, 2004).

É notável o complexo processo que levou à assinatura, em 1811, do *decreto orgânico de educação pública*⁴ do Reino de Nápoles - fruto do compromisso entre a abordagem expressa por Vincenzo Cuoco e as posições reivindicadas pelo ministro do Interior Giuseppe Zurlo (ZAZO, 1924) - por meio do qual se estabeleceu, de forma explícita e inequívoca, colocar a educação pública “sob o controle e supervisão do governo”; essa deveria ser ensinada na Universidade de Nápoles, nas escolas secundárias e em “outros estabelecimentos de ensino” (art. 2). Por fim, o *Decreto Orgânico*, ao elencar a série de medidas, colocou diante de um conceito claro e categórico que não pode ser submetido ideologicamente, nem iludido em substância, que se configurou como um divisor de águas entre a escola pública do estado oitocentista e a escola aberta ao público - mas gerida por ordens e congregações religiosas, dioceses ou particulares - dos séculos anteriores.

No âmbito desta base do ensino público, o *Decreto Orgânico* introduziu expressamente dois graus de ensino secundário e previa a oferta do primeiro grau do ensino secundário: “1. naqueles colégios reais que não serão convertidos em liceus; 2. Em estabelecimentos semelhantes, que sejam realizados pelos

⁴ Decreto de 29 de novembro de 1811 em CLDAPI, 1861-1863, Vol. 1, pp. 230-238.

municípios ou pelos particulares”. A restrição atribuída foi a de fornecer “pelo menos quatro professores, ou seja, dois de gramática, um de retórica e um de filosofia e matemática” (Título III, Colégios, art. 13). Neste grau incluía também os seminários, embora dependentes da autoridade diocesana (*ibidem*, art. 14). O segundo grau consistia no Liceu, dividido em quatro endereços universitários distintos: literário, matemático, médico, jurídico (Título IV, Liceu, art.18), ficando as disciplinas ministradas nos colégios comuns aos quatro endereços: Gramática, Humanidades, Retórica, Filosofia, Matemática e Física, adequadas para dotar os alunos dos elementos culturais da formação (*ibidem* , art. 16).

A última e fundamental disposição, pedra angular do sistema napoleônico, revogou todos os privilégios de conferir graus, concedidos aos antigos Colégios de Doutores e estabeleceu os três graus acadêmicos - *approvazione, licenza e laurea*⁵ - confiando-os exclusivamente à Universidade (Título VI, Graus de faculdades).

Organiza a gestão, o controle e a fiscalização da educação junto do Estado; criou o setor primário e secundário; reorganizou a universidade, à qual foi atribuído o controle dos graus acadêmicos para a obtenção do título de estudos, o sistema foi coroado, nos passos do regulamento francês, pelo *Regulamento para a colocação dos graus das faculdades*⁶, um ato que permitiu correlacionar o título de estudo a carreiras e profissões, pondo fim à era das corporações de arte e faculdades de profissões.

A restauração dos Bourbons, no final de 1815, representou, apesar de tudo, um momento de continuidade no que diz respeito às questões até então tratadas: reconfirmada a estrutura do sistema público de ensino instituída na Década, com os Estatutos dos liceus reais, colégios e escolas secundárias reais (1816) foi providenciada a estrutura definitiva e detalhada do setor secundário⁷.

⁵ Os três graus correspondiam em francês, respectivamente a: *baccalauréat, licence e doctorat*.

⁶ Decreto 1 de janeiro de 1812 em CLDAPI, vol. 1, pág. 239-257.

⁷ Decreto de 14 de fevereiro de 1816, in CLDAPI, vol. 1, pág. 365-420; Os Estatutos foram organizados nos moldes dos Regulamentos para os liceus, colégios e escolas secundárias,

A única novidade significativa dizia respeito à criação de um organismo de inspeção. Abolidos os *Júris de Revisão* e os *Júris de Exame*, foi criado um órgão de inspeção ao nível central composto por doze funcionários, os Inspectores do Ensino Público, “destinado a fiscalizar a execução dos estatutos e regulamentos dos Liceus reais, dos Colégios e das Escolas secundárias do Reino, bem como para atender a disciplina, os ensinamentos dos pensionatos e escolas particulares” (tradução nossa)⁸. No nível periférico, eram nomeados inspetores distritais e circunscritos para o controle e a fiscalização das escolas primárias, e as funções de promoção, gestão e controle do ensino público no território eram atribuídas aos intendentess, coadjuvados pelos subordinados. Dessa forma, estabeleceu-se um canal administrativo direto entre o centro e a periferia, por meio de funcionários públicos, girando em torno do intendente como representante do Estado.

OS LIVROS PARA AS ESCOLAS DO REINO

Dentro dessas mudanças, os napoleões queriam perseguir prioritariamente o objetivo de normalizar e homogeneizar a formação cultural e científica dos jovens nas escolas primárias e secundárias. Os livros didáticos⁹ foram considerados o principal instrumento de modernização didática, para uniformizar métodos e conteúdos de ensino e, conseqüentemente, sua escolha foi feita para ser da competência do Estado: “Alcançar a uniformidade na educação é mais benéfico do que qualquer outra instituição, o cuidado de não permitir livros elementares nas escolas, caso não tenham sido aprovados pelo poder público” (tradução nossa), teria lembrado Vincenzo Cuoco no relatório e no projeto de lei apresentado em 1811¹⁰.

lançados pelos Napoleão em 1812.

⁸ Instrução para Inspectores Gerais de Educação Pública, in CLDAPI, vol. 1, pág. 361-364.

⁹ Quanto aos manuais escolares que circulavam nesse período, não temos muitos estudos. Entre eles ver M. Viola (1998).

¹⁰ *Relatório e projeto de lei elaborado em 1811 pela Comissão Extraordinária*, in CLDAPI,

Durante o biênio *giuseppino* (1806-1808) a necessidade de adotar os mesmos textos em todas as escolas do Reino resultou em “ordens governamentais pontuais para editores e impressores, sem um programa orgânico” (TROMBETTA, 2011, tradução nossa). Somente com a reforma orgânica iniciada em 1811, o governo *murattiano* pôde elaborar um programa editorial de maior alcance para garantir a homogeneidade do ensino, que se consubstanciava em um plano orgânico de publicações de textos escolares: as ‘coleções econômicas’, destinadas a todos os escolares do Reino, com base em curadoria científica e preços modestos.

Em 1811, o ministro Giuseppe Zurlo delegou a Joseph Bonfond - anteriormente ‘visitante geral de Colégios Reais e outras instituições de educação pública’ - a criação de uma comissão para a escolha dos livros didáticos a serem adotados nas escolas do Reino. Bonfond inicialmente contou com a colaboração do *Júri de Revisão* de Nápoles, e dos *Júris de Exame das* províncias do Reino, expandindo o círculo para renomados professores universitários e renomados teólogos (PALLADINO, 2015).

Na sessão do Júri de Revisão de 30 de janeiro de 1812, ao final de quase dois anos de trabalho, as escolhas feitas foram finalmente ratificadas:

Entre os Gregos: o Silloge contendo as peças selecionadas dos Clássicos Gregos prosadores e Poetas. Entre os Latinos: Cícero Cartas selecionadas, Diálogos de amizade, de senectude, de leis, o livro de ofícios e as orações escolhidas; Cornélio Nepote; Cesare Commentarj Sallustio, Livio e Tacito: narrativas e argumentos selecionados: Fedro; Catulo, Tibulo, Properzio purgati; Ovidio metamorfoses escolhidas; Virgílio, élogas, geórgicas, episódios da Eneida e outras peças selecionadas; Terêncio e Plauto peças selecionadas; Orazio Sátira, letras, ódio e arte poética. E para tratados elementares: O Catecismo para uso da Igreja da França reimpresso em Nápoles na íntegra; As Gramáticas Grega e Latina e a Lógica Porto real; Quintiliano e outros professores das belas letras; geometria sólida e plana de Euclides; Os teoremas de Arquimedes e a matemática analítica de Francoeur. Confiando em todo o Júri à luz dos membros de cada uma das três seções, cada uma delas deixou a escolha dos melhores elementos de

Mitologia e Cronologia; da geografia antiga e moderna; da História Grega e Romana; das antiguidades gregas: da Metafísica; do Direito da Natureza; de Física; bem como gramáticas, italianas e francesas; de Dicionários Latim, Grego e Francês [...]. Também enviou a seção de belas letras para escolher os mais belos dos clássicos italianos e franceses, notando particularmente para este último o discurso da História Universal de Bousset, a pequena Quaresma de Massillon, o Telêmaco e as obras de Boilleau, il Molière e Racine. Ele também desejava que, além do catecismo do Império Francês, as partes mais interessantes do Catecismo de Fleury, o Tratado sobre os costumes dos israelitas do mesmo autor e a Bíblia de Royaumont fossem incluídas nas coleções econômicas.

Vendo com pesar o Júri que não podem entrar nas coleções econômicas certos autores clássicos latinos, cujas obras não são tão perfeitas como as dos autores mencionados, ele expressou seu desejo de sempre, para que pelo menos, para dar aos jovens uma ideia mais completa da história antiga, se faça inserir nas coleções acima mencionadas o que a seção de belas letras julgará mais pertinente ao objeto tanto de Justino quanto Quintino Curzio (transcrita em TROMBETTA, 2011, p. 217, tradução nossa).

Indicações adicionais e mais detalhadas foram fornecidas por Matteo Galdi, Diretor da Comissão de Educação Pública, em seu *Relatório sobre o estado atual da educação pública no Reino de Nápoles* publicado em 1814.

Quanto às instituições colegiais, o relatório indicava os clássicos gregos a serem introduzidos e utilizados nas escolas: Homero, Demóstenes, Píndaro, Xenofonte, os diálogos de Luciano e os *excertos de lírica* e trágica. Para Retórica e Poética, foi disponibilizado o *Curso de Belas Letras* de Hugh Blair, traduzido por Soave, além das *Obras* de Cícero e *Instituições de Quintiliano* para a parte retórica e os textos de Aristóteles e Horácio para a Poética. Para a geografia moderna, os textos em circulação nos colégios eram representados pelas *Instituições de Geografia Física e Política* de Luigi Galanti e para a antiga pelas *Geografias antigas* de Jean batista Bourguignon d'Anville. Para a história grega e romana foram introduzidas as obras de Lívio, Tácito, Dionísio, Xenofonte, Tucídides e Plutarco. Para a matemática, fez-se referência à *geometria elementar*, ao *Tratado de Geodésia* de Flautas e aos textos de Felice Giannattasio, enquanto se anunciava a compilação de um manual de física,

editado por Gabriele Grimaldi.

No que diz respeito às instituições liceais, o *Relatório* prescreveu os textos a serem introduzidos, articulando-os conforme as diferentes faculdades. Assim, as *Instituições* de Giustiniano, as *Antiguidades Romanas* de Johanne Heinecke e as obras de Giovan Vincenzo Gravina. Para a cátedra de Medicina, Galdi pretendia estimular os professores da Real Universidade de Nápoles a fornecerem textos que apresentassem um “corpo doutrinário”, útil para preencher uma grave lacuna em sua visão como europeu.

Para as escolas primárias, o *Relatório de Galdi* especificava as características que as coleções econômicas deveriam assumir. A coleção era composta por três volumes: o primeiro contendo os elementos para aprender a ler e escrever, com breves notas anexas sobre moral e história, úteis também para a elaboração de exercícios de escrita e leitura; a segunda contendo o *Catecismo de Moral e Religião* adotado pelo governo, destinado a formar “o bom cidadão, o bom pai de família, o bom súdito”; finalmente, o terceiro volume dedicado aos elementos básicos da aritmética teórica e prática. Além dos três volumes da coleção econômica, foi prescrita a *Etiqueta* de Monsenhor da Casa, em edição reduzida. Para a segunda aula, Galdi anunciou a publicação, logo em seguida, de uma gramática italiana concisa e uma gramática latina correspondente enriquecida com passagens selecionadas de autores latinos do “melhor século”, com a tradução italiana oposta. A escolha justificou-se pela necessidade de elaborar instrumentos que permitissem a quem pretendia continuar os estudos receber os elementos básicos. Para completar o curso primário, previa-se a impressão de uma sucinta *descrição histórica e geográfica do Reino*, e um conciso *Catecismo de artes e agricultura*, necessários para que a “classe mais numerosa do povo” “tenha mais cuidado com seus próprios interesses, do que conhecer e cumprir os próprios deveres”. A publicação das obras para os colégios, liceus e escolas secundárias, através das coleções econômicas, afigurava-se, no entanto, bastante complexa: à exceção de algumas excelentes edições de clássicos latinos já em circulação, os restantes textos

escolhidos pela comissão exigiriam mais tempo, necessário para completar os aparatos críticos de autores clássicos e fornecer séries no auge das melhores edições europeias: “não seremos tão lentos - comentou Galdi - mas não tão rápidos a ponto de querer sacrificar o decoro nacional à impaciência, louvável, mas pouco *literária* para aqueles que gostariam que tudo fosse feito instantaneamente” (tradução nossa).

Acontecimentos políticos não permitiram que o trabalho começasse a ser concluído, mas a perspectiva de garantir a produção no modelo de coleções econômicas não terminou com o fim do regime francês: uma vez que o termo foi alterado para “livros didáticos”, todo o projeto foi retomado, reproposto e completado pelos Bourbons, tornando-o orgânico com a estrutura do sistema secundário definida com os *Estatutos dos liceus reais, colégios e escolas secundárias*¹¹ (1816). A organização foi dividida em cátedras. As primeiras seis cadeiras do currículo forneceram os elementos culturais da formação, centrados na tradição humanística estruturada nos três cursos progressivos de Gramática, Humanidade e Retórica. Somente depois desse aprendizado literário vieram os conteúdos mais “abstratos” da sétima e oitavas cátedras: Filosofia, Matemática e Física, com os quais terminou o curso colegial. As 8 cadeiras seguintes agruparam mais propriamente os cursos superiores universitários e profissionais, ministrados pelo curso de estudos jurídicos, médicos ou científicos; enquanto o quarto curso, o literário, já abundantemente absorvido na educação geral, não exigia uma cadeira adicional entre as universitárias.

Nesse quadro, foram indicados autores e textos a serem adotados nos colégios e liceus do Reino (Quadro 1):

¹¹ Decreto 14 de fevereiro 1816, in CLDAPI, vol. 1, pág. 365-420.

Quadro 1: Autores e textos a serem adotados nos Liceus e Colégios do Reino. Fonte: Estatutos dos liceus, colégios e escolas secundárias reais (1816).

Cadeiras	Assuntos	Autores e livros
1 ^o	Catecismo da religião e da moral Gramática italiana Aritmética prática	Catecismo impresso para uso na escola primária Soave, <i>gramática</i> Aritmética prática para uso em escolas primárias
2 ^o	Aplicação das regras gramaticais da língua italiana aos clássicos, com análise gramatical História sagrada Geografia	Boccaccio, Casa, Firenzuola História sagrada para o uso da educação pública Luigi Galanti, <i>Geografia</i>
3 ^o	Gramática latina Exercício de escrever corretamente em italiano História profana Mitologia	Porto real, <i>Compêndio</i> [sem indicação, pois é um exercício] História profana [sem outra indicação] Tomeo, <i>mitologia</i>
4 ^o	Aplicação das regras gramaticais da língua latina aos clássicos com análise gramatical	Porto real, <i>gramática latina</i> ; Clássicos: Fedro; Neto; Cícero, <i>Epístolas</i> ; Cesare, <i>Comentários</i> ; Virgílio, <i>Éclogas e Geórgicas</i>
5 ^a	Humanidade com a explicação dos prosadores e poetas clássicos que têm mais elevação no estilo e nos sentimentos, notando as graças e precisão pelas quais se distinguem Gramática da língua grega Antiguidades romanas Antiguidades Gregas	Porto real, <i>gramática latina</i> ; Clássicos: Cícero, <i>Ofícios e Orações</i> ; Virgílio, <i>Eneida</i> Porto real, <i>Gramática da língua grega</i> ; <i>Novo Testamento</i> ; <i>Siloge</i> Salvatore Aula, [<i>Antiquatum romanarum epitome</i>] Oliver Goldsmith, [<i>Compêndio de História Grega</i>]
6 ^o	Retórica Poesia italiana e latina Aplicação de regras gramaticais a clássicos gregos, com análise	Majelli, <i>Instituições de Oratória</i> ; clássicos: Salústio, Lívio, Tácito Horácio Clássicos: Isócrates, Homero, Demóstenes

	gramatical	
7º	Filosofia Lei da natureza A verdade da religião católica Matemática sintética	Soave, <i>Instituições</i> Eineccio, <i>Elementos da lei da natureza e dos povos</i> “[O professor] dará um tratado sobre a verdade da religião católica” Flautas e Giannattasio
8º	Matemática analítica Física matemática	Bossut; Fergola, <i>Seções cônicas analíticas</i> ; “[O professor] acompanhará suas aulas com Lagrange, Euler, Monge e Hachette, e com Biot; para Mecânica, Fergola”
9º	Química Farmacia “Realizando as demonstrações no laboratório de química”	Sementini, <i>Instituições</i> ; “[O professor] acompanhará suas aulas com Mojon; Adet, Brugnatelli; Thompson; Berthollet e Movillon-Lagrange”
10º	História Natural	“Milli; [o professor] acompanhará suas aulas de zoologia com o suplemento de Buffon e Lacepede, com Dumeril e Cuvier, e as de mineralogia com Brougnart, Hauy, Vernier, Breislak, Melograni”
11º	Lei do reino Processo Civil	“Leis Civis do Reino em Vigor”
12º	Direito Processo criminal	“Leis Criminais do Reino em vigor”
13º	Notomia Fisiologia “Realizar as seções anatômicas no teatro destinado a isso”	Francesco Cerio Grimaldi, <i>Elementos de anatomia</i> ; “[O professor] acompanhará suas aulas com Goemmering, Bichat, Boyer, tendo em mente as descobertas de Gall sobre as estruturas do cérebro”
14º	Cirurgia teórica Cirurgia prática Obstetrícia “Realizando a parte clínica no hospital”	Richter, <i>Instituições</i> ; “[O professor] acompanhará suas aulas com Monteggia, Richerand”
15º	Medicina ante prática	“ <i>Instituições</i> que formará na <i>antepatrica</i> de Andria e na de Miglietti “
16º	Medicina prática	Andria, <i>Instituições de Medicina Prática</i> ; “[O professor] acompanhará suas aulas com Odier, Burserio, Cirillo, Daruwin e Pinel”

Fonte: quadro elaborado pelo autor

Como pode ser visto na comparação entre os autores e as textos propostos na Década e aqueles propostos pelo governo Bourbon restaurado,

autores e textos permaneceram quase os mesmos, sinal de que a estrutura cultural da reforma escolástica iniciada pelos franceses possuía um bom valor pedagógico fundado, que não pode ser evitado, em substância, modelado na tradição humanística estabelecida pelos jesuítas (PALLADINO, 2015).

A EDITORIA EDUCACIONAL-ESCOLAR

É nesse contexto mais amplo de mudanças no quadro institucional relativo à educação que se situam também os acontecimentos da evolução do mercado tipográfico editorial. A estrutura editorial herdada dos napoleões era surpreendentemente sólida e flexível em simultâneo. Como observa Trombetta (2011), as gráficas, que se desenvolveram e se consolidaram no contexto da cultura setecentista profundamente inervada pelas demandas reformistas, após a queda da República Napolitana, mostraram uma insuspeitada capacidade de adaptação ao cenário político restaurado¹². A Reforma do sistema educativo permitiu a osmose natural entre os órgãos de ensino e as gráficas, com a criação de um mercado editorial escolar mais alargado, em parte ocupado por editoras estatais e em parte por editores e impressores particulares que souberam aproveitar a oportunidade criada com a maior abertura do mercado.

O nevrálgico setor da editoria escolar do Estado era representado pela Tipografia Real. Criada por Carlos de Bourbon para a produção de documentos de cunho burocrático e para a celebração de eventos da corte, a tipografia modernizada deveria ter constituído, nas intenções do governo francês, o centro estatal de edição cultural, destinado às necessidades das instituições culturais reformadas: escolas, conservatórios, bibliotecas, museus e academias. Na realidade, a Tipografia Real sofria com a concorrência do setor privado, muitas vezes favorecido pelo próprio governo, com concessões de patentes que

¹² O estudioso observou a presença de 136 gráficas atuantes somente em Nápoles durante a década, setor que se estabeleceu entre os principais polos da edição italiana, com suas 1200 edições publicadas entre 1806 e 1814.

retiravam recursos fundamentais da atividade do estabelecimento público, como denunciava o diretor Francesco Daniele em 1809:

Todas as impressões do Governo são feitas por impressores particulares com um pagamento imenso, que se fossem feitos aqui, o Rei não só não gastaria nada para a manutenção deste estabelecimento, como teria um fundo muito rico [e] pelo que escrevi, representou, gritou, quis obstinadamente apoiar impressores particulares em prejuízo da Tipografia Real (transcrita em TROMBETTA, 2011, p. 158, tradução nossa).

Em 1810, as descobertas de Danieli foram finalmente bem acolhidas pelo governo, e em particular por Giuseppe Zurlo, recém-nomeado Ministro do Interior, que com previsão tentou transformar a Tipografia Real em um estabelecimento de serviço comum, acreditando que esta mudança poderia constituir um benefício também para o progresso da editoria privada:

Nossos impressores particulares, abandonado o tráfico que têm feito até agora com o Governo, escolherão o melhor caminho, obter fama; e ganham de duas maneiras. O primeiro por cativar a alma de autores vivos, como fez o excelente impressor Paolo de Simone, cuja oficina foi uma verdadeira Academia e com as facilidades que concedeu aos Literários, trouxe muitas obras bonitas, que talvez os próprios escritores tivessem deixado escrito a mão. A segunda com a reprodução de muitas obras clássicas, das quais faltam cópias, ou é melhor obtê-las a um custo muito alto, apesar de que devem andar das mãos de todos. Prova clara de que o sistema atual prejudica a arte da tipografia, é aquele que nenhum de nossos impressores confiaria para imprimir um livro grego, e talvez ainda não confiasse para reproduzir corretamente um clássico latino ou toscano. Estão, portanto, fora do caminho, e se o Governo continuasse a favorecer suas especulações contra si mesmo, seriam irreparáveis e para sempre (transcrita em TROMBETTA, 2011, p. 169, tradução nossa).

No plano de Zurlo, a Tipografia Real deveria constituir o centro de publicação escolar-educacional, com a publicação em primeiro lugar dos livros didáticos para uso nas escolas do reino; o projeto, no entanto, esbarrou em

fortes interesses privados, incentivados por vendas seguras e ganhos fáceis, realizados em torno da Tipografia do Ensino Público.

A Tipografia da Educação Pública foi fundada em 1812 com capitais privados angariados em empresas para apoiar o trabalho da Direção-Geral da Educação Pública visando dotar todos os alunos das escolas primárias e colégios do reino dos textos necessários à realização dos cursos. O ministro Zurlo se opôs a tal programa, que, para relançar a Tipografia Real pública, obteve em 1814 - já no fim da experiência francesa - o fechamento da Tipografia da Educação Pública. Embora de curta duração, nos dois anos em que a Tipografia esteve ativa publicou inúmeros títulos para o ensino primário e secundário, bem como títulos especificamente dirigidos ao setor superior dos liceus recém-fundados.

A presença privada no setor editorial escolar, afetada durante a década por “incertezas e inconsistências ditadas por uma ambígua sobreposição de competências entre os empresários públicos e privados” (TROMBETTA 2011, p. 140, tradução nossa), fortaleceu-se consideravelmente ao longo dos anos do governo Bourbon, até atingir seu auge na década de 30, com uma política editorial centrada na assistência econômica reservada a editores e impressores.

No período compreendido entre 1806 e 1820, registraram-se 32 tipografias e editores especializados na área escolar-educativa, operando no Reino de Nápoles (1806-1815), no Reino da Sicília (1806-1815) e no Reino das Duas Sicílias (1816-1820), com uma geografia produtiva desigual entre os diferentes territórios (Quadro 2).

Quadro 2: Distribuição geográfica tipógrafos/editores (1806-1820). Fonte: CHIOSSO (2004) e TROMBETTA (2011).

Regiões	Número de editores/tipógrafos
Abruzzo	2
Campanha	11
Calábria	1
Puglia	1
Sicília	17

Fonte: quadro elaborado pelo autor

Os dados mostram como a atividade editorial foi relegada às capitais dos reinos e quase totalmente ausente nas províncias, que careciam de tecido produtivo, mas não de mercado escolar.

Das 32 empresas pesquisadas, 14 foram fundadas antes de 1806, 10 entre 1806 e 1815 e as restantes 8 entre 1816-1820 (Quadro 3).

Quadro 3: Gráficas / Editoras / Livrarias. Fonte: CHIOSSO (2004) e TROMBETTA (2011).

Região	Tipografia / Editora / Livraria	Período de actividade
Abruzzo	Grossi Gian Francesco, tipografia	1772 - 1901
	Rietelli (também Tipografia Rietelliana), tipografia	1814-1841
Calábria	Giuseppe Migliaccio, tipografia	Cosenza, 1807-1888
Campânia	Borel e Bompard , tipografia, livraria	Nápoles, início do século XIX e meados do século XIX?
	Chianese Domenico, tipografia	Nápoles, 1774? - 1837?
	Di Napoli Raffaele, tipografia	Nápoles, 1810/1820-antes de 1884
	Giordano Saverio, tipografia, livraria	Nápoles, 1810/1817-antes de 1884
	Nobile Gaetano, tipografia	Nápoles, 1801/1804-pós 1915
	Vincenzo Orsini	Nápoles, segundo semestre de 700?
	Porcelli Nicola, tipografia	Nápoles, 1791-1859
	Puzziello Vincenzo, tipografia	Nápoles, 1820/1830 - antes de 1861?
	Reale Gennaro, tipografia	Nápoles, 1806? - 1850?
	Trani Angelo, tipografia, editora	Nápoles, 1808-?
Sangiacomo Domenico, tipografia, editora	Nápoles, 1801? - antes de 1884	

Puglia	Cannone Nicola e filhos, tipografia	Polignano a Mare, Trani, Bari, 1795 / 1799-1901
Sicília	Abbate Francesco, tipografia	Palermo, 1812? - 1839?
	Barcelona Salvatore, tipografia	Palermo, 1790-1895?
	Barravecchia, tipografia	Palermo, 1804? - 1906/1911
	D'Amico Arena, Antonino, tipografia	Messina, 1812-1862
	Dato Lorenzo, tipografia, livraria	Palermo, 1816? / 1818-1859?
	Fiumara, tipografia	Messina, 1799-1854
	Gaipa Francesco, tipografia	Palermo, 1735-1916
	Gaudio Michele e Gagliano Vincenzo, impressores, livreiros	Palermo, 1818-1898
	Lorsnaider Giambattista, tipografia	Palermo, 1820/1824-1898/1899?
	Pedreiros Antonio e Pedone Giovanni, impressores, livreiros	Palermo, 1819-1849?
	Nobolo Giovanni e Giuseppe, impressores, editores, livreiros	Messina, 1784-1879?
	Pappalardo Giuseppe, tipografia	Messina, 1817-1885
	Pastor Francesco, tipografia	Catânia, 1781-1915?
	Pedone Lauriel Giovanni, editor, livreiro	Palermo, 1819? - 1888
	Priulla Gaetano, tipografia	Palermo, 1815? / 1859-continuação
Solli Filippo, tipógrafo, livreiro	Palermo, 1786-1897?	
Virzi Bernardo, tipografia	Palermo, 1809? - 1915?	

Fonte: quadro elaborado pelo autor

No que diz respeito à área continental, o levantamento restitui a fisionomia de uma profissão já detectada pelos estudos de Trombetta, que preserva traços do antigo regime tipográfico, como o caráter familiar da empresa e a figura ainda indistinta do impressor, agora editor e, às vezes, também livreiro: “A duplicidade de papéis resumida no número de sujeitos pesquisados... impressoras do século ainda presentes... subvertendo hierarquias consolidadas e conquistando rapidamente um papel de excelência no panorama editorial” (TROMBETTA, 2011, p. 55, tradução nossa). Entre eles, uma importante posição foi ocupada por Angelo Trani, que iniciou a atividade gráfica em 1808 e, em poucos anos, conseguiu conquistar grande parte do mercado editorial, com uma produção versátil capaz de corresponder às diferentes necessidades. No que diz respeito ao setor escolar, merecem ser lembrados a publicação de *As Regras de Moral de Monsenhor da Casa* (1808), reeditado em

1811 com um título diferente, e os *Romances Morais para a Juventude* do Padre Francesco Soave (1811) e o *Catecismo Gramatical ou princípios da gramática italiana para uso de jovens aprendendo a ler e escrever* (1810); mas também a experiência da “Biblioteca de Instrução”. Obras produzidas e divulgadas perante o governo francês confiaram à empresa os compromissos para a publicação das primeiras edições das “coleções econômicas”, encomendas que permitiram que ela se destacasse entre os empresários do setor, graças às grandes tiragens. No catálogo de Angelo Trani há livros didáticos para as escolas primárias e secundárias, com manuais que vão de gramáticas a clássicos, de manuais jurídicos a manuais técnico-científicos. Entre eles, certamente se destacaram o *Catecismo da religião e os deveres sociais para o uso das escolas* e os clássicos latinos¹³.

De igual importância, mas de diferente profundidade foi a atividade da editora Gráfica Gaetano Nobile (SIRIGNANO, 2004), fundada no início do século XIX. Gaetano Nobile era um amante apaixonado da arte da impressão, tanto que cuidava das edições exemplarmente graças às máquinas de ponta para a época. Destacou-se também por contribuir significativamente para a divulgação de livros ilustrados. Na intensa e variada produção da Tipografia Nobre, não faltaram textos escolares, com um catálogo entre os mais ricos do período, com obras destinadas ao ensino fundamental, médio e universitário. Na intensa produção da tipografia napolitana, o espaço reservado às edições escolares e à educação popular foi registrado desde o início com publicações como o *Compêndio de higiene, ou preceitos gerais para preservar a santidade e prolongar a vida útil de todas as classes de pessoas*, de Audin Rouvière (1804); a gramática *Arte de escrever para os jovens* de Vincenzo De Muro

¹³ Entre esses: Cicero, Marcus Tullius 1: M. Tullii Ciceronis Epistolae e libris Ad familiares, et Ad Atticum selectae accedunt; Phaedri Fabularum libri duo priores cum notis in usum scholarum Regni Neapolitani infimae latinitatis. Tomus primus, Neapoli: ex typis Angeli Trani, 1812; Phaedrus, Phaedri liberti augusti Fabularum Aesopiarum libri quinque accedunt illae a Gudino editae cum notis in usum scholarum Regni Neapolitani infimae latinitatis. Tomus tertius, Neapoli : ex typis Angeli Trani, 1812; Cornelius Nepos, Cornelii Nepotis Vitae excellentium imperatorum cum notis in usum scholarum Regni Neapolitani infimae latinitatis, Tomus secundus , Neapoli : ex typis Angeli Trani, 1812.

(1805); numerosas publicações de matemática para escolas de todos os níveis, como, por exemplo, *Elementos de geometria plana* de A. Di Ciò (1811); as *Instituições de Aritmética Prática, ou seja, nova contabilidade do sistema decimal francês* por L. Gessari (1812); mas também escritos sobre história e geografia como, por exemplo, *Pensamentos sobre a história e sobre a incerteza e inutilidade da mesma* de Melchiorre Delfico (1814) e a *Introdução à geografia* de S. Della Piaggina (1817).

Entre as empresas que conquistaram posição de destaque no cenário editorial napolitano, deve-se citar também a gráfica de Sangiacomo (SIRIGNANO, 2004), que atesta uma vocação não provincial da atividade editorial, ocupando o lucrativo setor da tradução de obras estrangeiras, especialmente da área francesa. Iniciado entre 1800 e 1801, destacou-se pela impressão de material didático destinado ao setor secundário e universitário, contando no catálogo mais de uma centena de obras de filosofia, literatura e medicina. As publicações educacionais eram, em geral, um gênero minoritário principalmente limitado aos primeiros anos de experiência. Destacam-se, pela importância dos autores, a *Lógica para os jovens* de Antonio Genovesi e uma edição francesa do *Télémaque* del Fénelon (1802). As principais disciplinas envolvidas foram aritmética, para a qual se editou *Elementos de aritmética para meninos* e *As principais operações de aritmética para meninas* de Vito Buonsanto, (1810), ao lado de textos que expressam o mundo vital das escolas particulares, como *Os elementos de geometria plana composta* por Vito Caravelli. Mas, também editou outras obras do padre dominicano Buonsanto, que durante os anos da década francesa deu um maior e mais direto empenho na vertente educativa, por iniciativas dirigidas sobretudo ao ensino primário, graças também à máxima consideração do governo. Entre eles aquela *iconologia ética para formar o coração dos jovens*, (1808) considerada a obra mais representativa do pensamento pedagógico de Buonsanto e que teria encontrado circulação e difusão por muitas décadas (BARAUSSE, 2014).

Entre os impressores setecentistas que conseguiram aproveitar a

oportunidade política e cultural oferecida pela Década, destaca-se Vincenzo Orsini (SIRIGNANO, 2004), que conseguiu modernizar seu negócio com investimentos vultosos que lhe permitiram alcançar uma posição de destaque no campo editorial, sem deixar de cruzar o mercado de livros didáticos com a publicação de obras para o ensino primário e secundário, de cunho humanístico e científico. Mas entre os editores e impressores que abriram as suas portas no rescaldo da ascensão francesa, Gennaro Reale foi certamente o mais importante, firmando-se com um catálogo escolar robusto e diversificado que atesta uma atividade muitas vezes caracterizada pelo compromisso editorial e não tipográfico. Como foi documentado, os títulos destinados a enriquecer o catálogo “escolástico” eram numerosos, tocando os campos disciplinares da geografia, gramática, latim, matemática, história e história sagrada¹⁴. Entre eles destaca-se o *Compêndio do novo método de aprendizagem da língua latina* de Claude Lancelot (1806), a *Gramática fundamentada da língua italiana* de Soave (1807), os textos de geografia como os *Elementos de cosmografia, cronologia, história e geografia antiga e moderna* de Giovanni Perrotti (1812) e o *Compêndio de geografia moderna para o uso da juventude* de Giuseppe Stefano Reitmeir (1816); os textos de matemática, entre os quais lembramos os *Elementos de matemática* de Lodovico Marrano (1808) e a *Aritmética* de Giuseppe Rosati (1808).

As cinco empresas citadas até agora representavam o carro-chefe da editora napolitana, contada entre as sete empresas que produziram, ao todo, quarenta por cento do total de livros impressos na década: sucesso garantido por uma gestão empresarial da cadeia produtiva. Entre as empresas de menor porte, mas certamente entre as mais atuantes no campo da edição escolar, estava a *Tipografia Di Napoli* (SEPE, 2004), fundada em 1810, que se distinguiu por seu compromisso predominantemente com o setor escolar, principalmente secundário e universitário, com a publicação de manuais, alguns dos quais traduzidos do francês, e clássicos da literatura italiana e estrangeira,

¹⁴ Reale Gennaro , TESEU, cit., Ad vocem

além de escritos religiosos e devocionais. As restantes tipografias, levantadas para a área continental (Quadro 3), caracterizavam-se por uma gestão familiar e uma produção eclética limitada à área local, disposta a imprimir, para sobreviver, obras de fácil consumo, incluindo algum texto de uso escolar. A dimensão da tipografia de Domenico Chianese (SIRIGNANO, 2004), fundada em 1774, foi exceção, mas cuja contribuição no campo educacional, entre 1806 e 1820, foi bastante modesta. Finalmente, entre as várias experiências, merece destaque a empresa de Baldassarre Borel (SEPE, 2004), cuja importância, para o período considerado, não deve ser buscada tanto na atividade editorial e tipográfica ou no campo escolar que se desenvolveu apenas a partir dos anos 30, mas na de livreiro: podendo contar com cerca de 160 correspondentes de Paris e em negócios com gráficas e livreiros milaneses, Borel representou o ponto de referência para as escolas da área continental.

Entre as editoras mais envolvidas na produção de livros didáticos, seguindo as novas medidas introduzidas em 1816, um espaço significativo foi ocupado também pelo tipógrafo e livreiro Gabriele Porcelli, que publicou várias edições dos manuais para escolas primárias, entre as quais o *Catecismo da doutrina cristã dos deveres sociais*, os *deveres sociais para o uso das escolas normais nos domínios da S.M. Siciliana* ou ainda os *Princípios de aritmética para o uso das escolas primárias do reino dirigidos com o método normal* e as *Instruções Agrícolas para as escolas primárias do Reino* (1816), com os manuais para os colégios e liceus entre os quais recordamos o *Novo método dos senhores de Porto Real para aprender a língua grega com facilidade e pouco tempo*, traduzido do francês, e da *Lógica ou os primeiros rudimentos de filosofia composta para a juventude* do padre dominicano Gorgonio Gorgnoni (1820).

A análise realizada até agora assume diferentes conotações quando se trata da área siciliana, que se caracterizou pela presença da tipografia real sediada em Palermo, que exerceu uma posição dominante, influenciando fortemente, e ao contrário de Nápoles, o desenvolvimento da publicação.

Fundada em 1799 por Francesco IV de Borbone, para apoiar as atividades da Deputação de Estudos e da Administração do Governo, a tipografia foi desde o início cautelada por uma proteção legislativa que atingiu sua máxima expressão em 1820, quando foi concedida, por decreto, o direito de imprimir e vender todos os livros educacionais para as escolas. Sob a direção de Gregorio Speciale - ex-reitor do colégio de nobres 'Real Ferdinando' em Palermo - optou-se por textos clássicos, tanto gregos e latinos, como italianos e franceses, e, simultaneamente, obras resumidas foram criadas com extensas edições editadas para uso das escolas públicas que, na totalidade, teriam identificado o conjunto de livros didáticos destinados à consagração oficial das escolas sicilianas em boa parte do início do século XIX (TODARO, 2004).

Neste contexto, o interesse pela edição escolar foi mínimo no período por nós considerado: os impressores-editores (Quadro 3) tiveram sobretudo de recorrer ao comércio e importação de livros do resto dos estados italianos e de Nápoles, em vez da atividade de impressão e publicação.

Emblemática, nesse sentido, é a experiência de Giovanni Pedone Lauriel (TUMINO, 2004), lembrado pelo filósofo Giovanni Gentile como o meritório editor de todos os escritores de Palermo na segunda metade do século XIX, atividade editorial que só poderia exercer a partir de 1832, até então dedicando-se exclusivamente à atividade de livreiro, e como ele os tipógrafos Dato, Gaudiano e Gagliano, Muratori e Pedone, Solli (TUMINO, 2004) e Abbate (TODARO, 2004); este último, soube lucrar com a atividade de livreiro, reimprimindo suas próprias edições da sorte expressamente voltadas para o consumo escolar, enquanto Nobolo (TUMINO, 2004), ainda que livreiro, soube fazer um nicho na impressão de textos médicos e de higiene destinados ao consumo em massa.

Entre os impressores que também não exerciam a atividade de livreiro, destaca-se Giuseppe Pastore, da Catania, que encontrava sua principal fonte de renda em publicações para o clero e para as instituições escolares a ele vinculadas (TUMINO, 2004). A restante produção dos tipógrafos e/ou editores

pesquisados para a área siciliana caracteriza-se por um caráter eclético, limitado sobretudo ao contexto local em temas e circulação.

CONCLUSÕES

Os estudos relativos à edição escolar-educativa e aos manuais escolares, nos últimos anos, têm registrado considerável interesse por parte dos historiadores, especialmente daqueles envolvidos com a história da educação. A este respeito, tem sido devidamente assinalado que os manuais escolares e a edição escolar-educacional são a área em que se registou o maior crescimento nos últimos vinte anos (SANI, 2011).

No quadro mais abrangente da investigação sobre a realidade, produção editorial e circulação, quisemos oferecer um primeiro levantamento relativo ao contexto do Reino de Nápoles e do Reino das Duas Sicílias, através da identificação de algumas pistas de leitura e de algumas hipóteses interpretativas que juntas dão conta da reforma educacional implementada durante a Década Francesa e consolidada nos anos da segunda Restauração.

As análises realizadas do lado institucional permitiram, por um lado, identificar os textos e autores indicados pelo Estado para padronizar métodos e conteúdos de ensino; por outro, elucidar a política escolar quanto à produção de manuais destinados às escolas.

Nesse contexto, situam-se os acontecimentos da evolução do mercado tipográfico-editorial, ocupado em parte pelas editoras estatais e em parte por editoras e impressores privados. As análises, feitas neste lado com fontes indiretas devido à indisponibilidade de fontes arquivísticas, retornam a geografia produtiva da edição escolar no Reino no período considerado.

Espera-se que, no futuro, a disponibilização de novas e inexploradas fontes primárias, como as preservadas em arquivos escolares, e de estudos voltados para a dimensão local (BARAUSSE, GHIZZONI, MEDA, 2018), possam

restaurar o quadro da efetiva circulação dos livros didáticos nas escolas.

REFERÊNCIAS

- ASCENZI, Anna. La ricerca sulla manualistica scolastica in Italia: nuovi orientamenti storiografici e prospettive per il futuro. In: MEDA, Juri; A.M. BADANELLI, Ana María (edd.). **La historia de la cultura escolar en Italia y en Espana: balance y perspectivas**. Macerata: EUM, 2013, pp. 119-138.
- BARASUSSE, Alberto. *Vito Buonsanto*. In: CHIOSSO, Giorgio (a cura di). Il Dizionario Biografico dell'Educazione: 1800-2000. Milano: Editrice Bibliografica, 2014, *ad vocem*.
- BARAUSSE, Alberto; GHIZZONI, Carla; MEDA, Juri. "Il campanile scolastico". Revisiting the local dimension in historical-educational research. **Rivista di storia dell'educazione**, 2018, 5(1), pp. 7-14.
- BIANCHINI, Paolo. "Una fonte per la storia dell'istruzione e dell'editoria in Italia: il libro scolastico". **Contemporanea**, 3(1), 175-182, 2000.
- BOUDON, Jacques-Olivier (dir.). **Napoléon et les lycées**. Paris: Nouevau Monde Editions/Fondation Napoléon, 2004.
- CHIOSSO, Giorgio (a cura di). **TESEO '900**. Tipografi e editori scolastico-educativi del Novecento. Milano: Editrice Bibliografica, 2008.
- CHIOSSO, Giorgio (a cura di). **TESEO**. Tipografi e editori scolastico-educativi dell'Ottocento. Milano: Editrice Bibliografica, 2004.
- Collezioni delle Leggi, de' Decreti e di altri atti riguardanti la Pubblica Istruzione promulgati nel già Reame di Napoli dall'anno 1806 in poi**. Napoli: Stamperia e Cartiere del Fibreno, 3 vol., 1861-1863.
- GALDI, Matteo. **Rapporto sullo Stato attuale dell'Istruzione pubblica nel Regno di Napoli**, Napoli: Stamperia Reale s.d. [ma 1814].
- GALFRÈ, Monica. L'editoria scolastica dell'Italia unita nella storiografia: bibliografia. **La fabbrica del libro: bollettino di storia dell'editoria in Italia**, 2, pp. 43-57, 2001.
- GONTARD, Maurice. **L'enseignement secondaire en France de la fin de l'Ancien Régime à la loi Falloux (1750-1850)**. La Calade: Édisud, 1984.

LUPO, Maurizio. **Tra le provvide cure di Sua Maestà**. Bologna: Il Mulino, 2005.

MARAZZI, Elisa. L'editoria scolastico-educativa e la ricerca storica. Il caso italiano. **Società e Storia**, 138, pp. 823-852, 2012.

PALLADINO, Florindo. **Scuola e società nel Meridione preunitario**. Istruzione secondaria e formazione delle élites dirigenti in Molise (1806-1848), Macerata: EUM, 2015.

SANI, Roberto. Istruzione e scuola nel Meridione dalla Restaurazione all'Unità. In: in H.A. Cavallera (a cura di). **Marco Gatti e la riforma della scuola**. Atti del Convegno internazionale di Manduria, 9-10 novembre 2000. Manduria-Bari-Roma: Piero Lacaita Editore, 2003, pp. 175-200.

SANI, Roberto. **Sub specie educationis**. Studi e ricerche su istruzione, istituzioni scolastiche e processi culturali e formativi nell'Italia contemporanea. Macerata: EUM, 2011.

SANI, Roberto. La ricerca sul patrimonio storico-educativo in Italia. In: ASCENZI, Anna; COVATO, Carmela; MEDA, Juri (a cura di). **La pratica educativa. Storia, memoria e patrimonio**. Macerata: EUM, 2020, pp. 13-26.

SEPE, A. *Borel e Bompard*, In: CHIOSSO, Giorgio (a cura di). **TESEO**. Tipografi e editori scolastico-educativi dell'Ottocento. Milano: Editrice Bibliografica, 2004, *ad vocem*.

SEPE, A. *Di Napoli Raffaele*, In: CHIOSSO, Giorgio (a cura di). **TESEO**. Tipografi e editori scolastico-educativi dell'Ottocento. Milano: Editrice Bibliografica, 2004, *ad vocem*.

SIRIGNANO, Fabrizio Manuel. *Chianese Domenico*. In: CHIOSSO, Giorgio (a cura di). **TESEO**. Tipografi e editori scolastico-educativi dell'Ottocento. Milano: Editrice Bibliografica, 2004, *ad vocem*.

SIRIGNANO, Fabrizio Manuel. *Nobile Gaetano*. In: CHIOSSO, Giorgio (a cura di). **TESEO**. Tipografi e editori scolastico-educativi dell'Ottocento. Milano: Editrice Bibliografica, 2004, *ad vocem*.

SIRIGNANO, Fabrizio Manuel. *Sangiaco Domenico*. In: CHIOSSO, Giorgio (a cura di). **TESEO**. Tipografi e editori scolastico-educativi dell'Ottocento. Milano: Editrice Bibliografica, 2004, *ad vocem*.

TODARO, Letterio. *Abbate Francesco*. In: CHIOSSO, Giorgio (a cura di).

TESEO. Tipografi e editori scolastico-educativi dell'Ottocento. Milano: Editrice Bibliografica, 2004, *ad vocem*.

TODARO, Letterio. Letterio *Stamperia Reale*, In: CHIOSSO, Giorgio (a cura di). **TESEO.** Tipografi e editori scolastico-educativi dell'Ottocento. Milano: Editrice Bibliografica, 2004, *ad vocem*.

TROMBETTA, Vincenzo. **L'editoria a Napoli nel Decennio francese.** Produzione libraria e stampa periodica tra Stato e imprenditoria privata (1806-1815). Milano: FrancoAngeli, 2011.

TUMINO, Raffaele. *Dato Lorenzo*, In: CHIOSSO, Giorgio (a cura di). **TESEO.** Tipografi e editori scolastico-educativi dell'Ottocento. Milano: Editrice Bibliografica, 2004, *ad vocem*.

TUMINO, Raffaele. *Gaudio Michele e Gagliano Vincenzo*, In: CHIOSSO, Giorgio (a cura di). **TESEO.** Tipografi e editori scolastico-educativi dell'Ottocento. Milano: Editrice Bibliografica, 2004, *ad vocem*.

TUMINO, Raffaele. *Muratori Antonio e Pedone Giovanni*, In: CHIOSSO, Giorgio (a cura di). **TESEO.** Tipografi e editori scolastico-educativi dell'Ottocento. Milano: Editrice Bibliografica, 2004, *ad vocem*.

TUMINO, Raffaele. *Nobolo*. In: CHIOSSO, Giorgio (a cura di). **TESEO.** Tipografi e editori scolastico-educativi dell'Ottocento. Milano: Editrice Bibliografica, 2004, *ad vocem*.

TUMINO, Raffaele. *Pastore Francesco*. In: CHIOSSO, Giorgio (a cura di). **TESEO.** Tipografi e editori scolastico-educativi dell'Ottocento. Milano: Editrice Bibliografica, 2004, *ad vocem*.

TUMINO, Raffaele. *Pedone Lauriel Giovanni*. In: CHIOSSO, Giorgio (a cura di). **TESEO.** Tipografi e editori scolastico-educativi dell'Ottocento. Milano: Editrice Bibliografica, 2004, *ad vocem*.


TUMINO, Raffaele. *Solli Filippo*. In: CHIOSSO, Giorgio (a cura di). **TESEO.** Tipografi e editori scolastico-educativi dell'Ottocento. Milano: Editrice Bibliografica, 2004, *ad vocem*.

VIOLA, Marianna. I libri di testo e la Pubblica Istruzione dal 1806 al 1825 nel Regno di Napoli. In: **Atti dell'Accademia di Scienze Morali e politiche**, vol. CIX, pp. 87-106, 1998.

ZAZO, Alfredo. Le riforme scolastiche di G. Murat. **Rivista pedagogica**, III, p. 227-235, 1924.

FLORINDO PALLADINO é PhD em “Theory and History of Education” na Universidade de Macerata (2012), membro do “Centro di documentazione e ricerca sulla storia delle istituzioni scolastiche, del libro scolastico e della letteratura per l’infanzia” e do “Museo della scuola e dell’educazione popolare” da Universidade do Molise.

E-mail: florindo.palladino@unimol.it

 <http://orcid.org/0000-0003-0371-5450>

Recebido em: 19/09/2022

Aprovado em: 24/01/2023

Editora Responsável: Terciane Ângela Luchese



Revista História da Educação - RHE
Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação - Asphe
Artigo de acesso aberto distribuído nos termos de licença Creative Commons.